

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2019

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho | Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

14 Páginas

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As citações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

PRODUÇÃO ARTÍSTICA E RENOVAÇÃO RELIGIOSA NA EUROPA DO SÉCULO XVI

Interrogatório da Inquisição de Veneza a Paolo Veronese, acerca da pintura *Ceia em Casa de Levi* (1573)

Tendo-lhe sido perguntado qual a sua profissão:

Resposta. *Eu pinto e desenho figuras.* [...]

P – Que pintura é essa que haveis referido?

R – *É uma pintura da última ceia de Jesus Cristo com os seus apóstolos, na casa de Simão.*

5 P – Está pintada a fresco, em madeira ou em tela?

R – *Em tela.* [...]

P – Nesta ceia que pintou [...], o que significa a figura daquele cujo nariz está a sangrar?

R – *É suposto ser um servo que, devido a algum acidente, deita sangue do nariz.*

P – O que significam aqueles soldados vestidos como alemães, com alabardas* nas mãos? [...]

10 R – *Nós, os pintores, usamos da mesma liberdade dos poetas e dos loucos, e eu representei aqueles dois alabardeiros, um a beber e o outro a comer, [...] porque me pareceu adequado que o senhor da casa, que era ilustre e rico [...], tivesse tais servidores.* [...]

P – Parece-lhe adequado, na última ceia de Nosso Senhor, pintar bufões**, alemães bêbados [...] e outras indecências?

15 R – *Senhor, não.* [...]

P – Não sabeis vós que, na Alemanha e noutros lugares infestados por heresia, é habitual, através de imagens cheias de obscenidades e outras invenções, escarnecer, difamar e ridicularizar as coisas da Santa Igreja Católica, a fim de ensinar doutrina falsa a pessoas simples e ignorantes?

20 R – *Senhor, sei que é errado, mas [...] tenho a obrigação de seguir aquilo que fizeram os meus mestres.*

P – O que fizeram os seus mestres? Coisas desse tipo, talvez?

R – *Em Roma, dentro da capela do papa, Miguel Ângelo pintou Nosso Senhor Jesus Cristo, Sua Mãe, S. João, S. Pedro e a corte celestial, todos eles representados nus [...] e em*
25 *várias atitudes pouco respeitadas.* [...]

Tendo sido ditas estas coisas, os juízes sentenciaram que o supradito Paolo deve ser obrigado a corrigir e emendar a sua pintura [...] e que [...] todas as correções devem ser feitas a expensas suas, e que, caso as não faça, incorrerá nas penas impostas pelo Santo Tribunal.

Maria Elena Massimi, *La Cena in Casa di Levi di Paolo Veronese: il processo riaperto*, Veneza, Marsilio Editori, 2011, pp. 179-181. (Texto traduzido e adaptado)

* armas de cabo comprido.

** bobos.

1. O quadro de Paolo Veronese que deu origem a este processo inquisitorial incorpora, de acordo com o documento, características inovadoras da pintura renascentista, entre as quais
 - (A) a preferência exclusiva por temática religiosa.
 - (B) o naturalismo na representação da figura humana.
 - (C) o recurso a técnicas como a pintura a fresco.
 - (D) a conceção bidimensional do espaço pictórico.

2. Identifique a «doutrina falsa» que surgiu «na Alemanha e noutros lugares infestados por heresia» (linhas 16-18).

3. O processo instaurado a Paolo Veronese pelo Tribunal da Inquisição e a respetiva sentença (linhas 26-28) enquadram-se nas resoluções do Concílio de Trento, nomeadamente no que respeita
 - (A) ao combate a rituais religiosos contrários ao dogma católico.
 - (B) ao empenho na formação e na conduta exemplar do clero.
 - (C) à vigilância e à censura sobre a produção cultural e artística.
 - (D) à pregação como estratégia de reforço da doutrina católica.

GRUPO II

O PODER POLÍTICO EM PORTUGAL, DO ANTIGO REGIME AO LIBERALISMO

Documento 1

O exercício do poder no tempo de D. João V, segundo Charles Frédéric de Merveilleux (1723-1726)

Quando o secretário de Estado termina o seu trabalho com o rei, [informa] cada um da decisão de Sua Majestade no que lhe respeita. [...]

D. João V dá regularmente audiência pública três vezes por semana. [...] A audiência começa pelos homens e acaba nas mulheres. Falam de joelhos ao rei, que está sentado
5 num trono, debaixo de dossel e apoiado a uma mesa sobre a qual se coloca uma cesta cheia de pequenos cartuchos de moedas de ouro que Sua Majestade distribui caritativamente [...]. Atravessam-se três salas contíguas e, quando se chega à última, encontram os pretendentes no limiar o porteiro da câmara, [...] que introduz dez pessoas de cada vez. Os grandes do reino estão de pé e encostados às paredes da sala. Acontece por vezes que o rei queira que as
10 suas ordens sejam executadas imediatamente; então chama um desses senhores, entrega-lhe o memorial [...] e ordena logo ali o que há a fazer. Estas audiências inquietam os maus juízes [...] e, em geral, todos aqueles cuja conduta é irregular. Até os ministros não estão isentos desse temor. El-rei não ignora nada do que se passa, porque cada um tem a liberdade de se
15 lhe dirigir a informá-lo de tudo o que interesse ao bem do Estado ou interesse particularmente aos súbditos. [...]

Algumas vezes tem acontecido que, estando de serviço ao paço em dias de audiência, alguns nobres senhores, habituados aos abusos que antes do reinado de D. João V eram frequentes, tenham sido inconvenientes. Quando Sua Majestade era informado disso, mandava chamar depois da audiência esses senhores à sua câmara e a ocultas sovava-os com um pau [...].
20 Foi o único meio que este príncipe encontrou para reprimir a soberba e a licença* da nobreza de Portugal, que não tinha escrúpulo algum em se apossar da fazenda** dos mercadores [...]. O rei João soube sempre fazer respeitar a sua autoridade, o que forçosamente desagradava à fidalguia.

* abuso.

** mercadorias.

Identificação das fontes

Documento 1 – Citado por José Brandão, *Este é o reino de Portugal*, Porto Salvo, Edições Saída de Emergência, 2013, pp. 79-81. (Texto adaptado)

Documento 2 – A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal e a instauração do Liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 266. (Adaptado)

Composição socioprofissional das Cortes liberais portuguesas

Profissões dos deputados eleitos	1820	1834	1836
Homens de leis	39	42	31
Profissionais liberais	27	17	20
Eclesiásticos	16	11	5
Membros das forças armadas	10	13	13
Proprietários	5	18	22
Comerciantes e industriais	3	1	8
Funcionários públicos	–	17	–
Totais	100	119	99

1. D. João V, cuja corte é descrita pelo autor do documento 1, representou, na primeira metade do século XVIII, a máxima expressão do poder absoluto em Portugal.

Apresente:

- um argumento que evidencie a submissão das ordens sociais privilegiadas ao poder régio;
- um argumento que evidencie a magnificência do rei através da encenação do seu poder.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes do documento.

2. A dedicação do rei a «tudo o que interesse ao bem do Estado ou interesse particularmente aos súbditos» (documento 1, linhas 14-15) demonstra

- (A) o carácter ilimitado do seu poder soberano.
- (B) o exercício de um poder apoiado nas Cortes.
- (C) a dimensão paternal e protetora da sua figura.
- (D) a legitimação divina da monarquia absoluta.

3. Explícite dois aspetos da rutura político-social introduzida em Portugal pela revolução liberal de 1820.

Os dois aspetos devem ser fundamentados com elementos do documento 2.

GRUPO III

AS TRANSFORMAÇÕES DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: O IMPACTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Documento 1

Relato jornalístico de uma conferência de Egas Moniz* sobre as consequências da Primeira Guerra Mundial (1917)

A grande guerra, como há de ficar conhecida através da história, é, ao mesmo tempo, a maior revolução de todas as épocas. [...]

Falando do «depois da guerra», [...] [temos] de citar alguns números que, no mundo financeiro [...], nos podem dar a ideia da perturbação geral que se avizinha. [...] Hoje a Inglaterra gasta
5 mais de sete milhões e meio de libras por dia [...]! A matéria coletável que o sistema inglês forçou, desde logo, a contribuir para a guerra está hoje sobrecarregadíssima, e [...] a forte e rica Inglaterra teve de recorrer ao crédito [...].

Portugal é hoje, financeiramente, um país paupérrimo e tende para a última das misérias. Se não fosse a circunstância de vermos que a ruína acompanha os outros povos, mesmo os mais
10 ricos e poderosos, sentiríamos que um esmagamento se estava produzindo, reduzindo-nos ao máximo descalabro. Portugal gastou [...] em agosto passado, em despesas de guerra em África e na Europa, 100 000 contos, e o orçamento de guerra para o ano corrente de 1917-18 [...] era de 150 000 contos. [...] Teremos, no fim da guerra, o dobro dos encargos da dívida pública e, se eles nos levavam [...], antes da guerra, 30% da receita orçada, levar-nos-ão,
15 depois da guerra, 60%. [...]

Tende a aluir** o edifício económico do passado com a desvalorização da moeda [...]. A terra continuará a ser a grande, a única sólida riqueza, e o trabalho a única valorização do homem [...]. Por isso temos de atender, com cuidado, ao movimento operário e trabalhista, que carece de ser atendido nas suas reclamações. [...]

20 Para que a riqueza aumente, [...] é preciso que se consiga paz, tranquilidade e segurança, que só podem derivar de um acordo bem conduzido entre a classe burguesa e a classe operária, evitando que a greve perturbadora venha iniciar um novo ciclo de perturbações e desordens.

* António Egas Moniz, médico e político, foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 1918 e chefiou a primeira delegação portuguesa na Conferência de Paz que se seguiu ao final da Primeira Guerra Mundial.

** desabar.

Identificação das fontes

Documento 1 – «A conferência do sr. dr. Egas Moniz – Depois da Guerra», in *A Opinião – Diário Republicano Conservador*, N.º 550, 3 de dezembro de 1917. (Texto adaptado)

Documento 2 – *O Século Cómico*, Ano XXIII, N.º 1171, 31/05/1920, p. 4.

Documento 3 – José Relvas, *Memórias políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978, Vol. 2, pp. 100-105 e 208, prefácio e notas de Carlos Ferrão. (Texto adaptado)

Documento 2

Vencedores e vencidos no pós-guerra, numa caricatura de Rocha Vieira para *O Século Cómico* (1920)



Legenda:

- ① Alemanha
- ② França
- ③ Bélgica
- ④ Itália
- ⑤ Inglaterra
- ⑥ Portugal

«Pois sim, ralem-se. Não tenho leite para um, quanto mais para tantos!»

Documento 3

As lutas político-partidárias na Primeira República, na perspetiva de José Relvas, Chefe de Governo entre janeiro e março de 1919

Estamos a 16 de fevereiro [de 1919], e o que vemos? O anúncio de comícios «que constituem o início de um movimento nacional de defesa da República». [...] Agitarão diante das massas populares reivindicações impossíveis, retaliações desnecessárias, violências que, a executarem-se, serviriam para comprometer cada vez mais a pacificação da família portuguesa. [...] Nos comícios vão aparecer figuras representativas de todos os partidos. Sabem [...] que a minha ação não tem fins ocultos [...], mas, em vez de me procurarem, de concertarem comigo o que melhor se possa fazer [...], vão para a praça pública agitar as multidões [...]!

A lealdade de propósitos com que eu constituí o Governo e todos os atos que ele tem praticado precisavam de encontrar a correspondente sanção nos partidos. [...] Estes incorrigíveis republicanos só sabem unir-se e dar apoio quando sentem que um grande perigo ameaça a República. Libertos desses receios, são sempre os mesmos sectários de uma política mesquinha, sem elevação de intuítos, e apenas sujeita a interesses partidários, quando não a interesses pessoais. [...]

Voltaremos às mesmas lutas estéreis, ao mesmo desinteresse dos problemas nacionais, às mesmas intrigas ambiciosas, e, ao cabo de um período mais ou menos longo, outra ditadura virá renovar os dias de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, [...] mas então já uma ditadura que sucederá com a experiência do passado àquelas que a falta de experiência tornou inviáveis. Uma ditadura que manterá apenas um simulacro de República [...].

1. A Primeira Guerra Mundial decorreu numa época marcada por movimentos culturais e artísticos de vanguarda. Associe a caracterização desses movimentos, referida na coluna **A**, à respetiva designação, de entre as que constam na coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Desprezo pela guerra e por todas as convenções sociais e artísticas, explorando a linguagem do absurdo.	(1) Abstracionismo
(b) Exaltação da guerra e da violência, da velocidade, da máquina e do dinamismo da vida moderna.	(2) Dadaísmo
(c) Representação das emoções que refletem o drama da vida humana através da cor e da distorção das formas.	(3) Cubismo
	(4) Futurismo
	(5) Expressionismo

2. Identifique o tratado, ratificado após o fim da Primeira Guerra Mundial, a que se refere a caricatura do documento 2.

3. Explícite dois aspetos da situação económico-financeira da Europa no final da Primeira Guerra Mundial.

Um dos aspetos deve ser fundamentado com excertos do documento 1 e outro aspeto com informação do documento 2.

4. A Primeira Guerra Mundial desencadeou profundas transformações sociais e culturais, nomeadamente

- (A) o sentimento coletivo de crença no cientismo e no progresso.
- (B) a consagração universal da igualdade jurídica para as mulheres.
- (C) o reforço das normas e dos comportamentos tradicionais.
- (D) a disseminação de um clima de anomia nas atitudes e valores.

5. Desenvolva o tema ***As dificuldades da Primeira República e a ascensão das forças conservadoras e autoritárias em Portugal***, abordando os tópicos de orientação seguintes:

- os problemas económico-financeiros e a contestação social;
- a instabilidade política e a emergência de modelos autoritários.

Na sua resposta,

- analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- relacione os elementos apresentados com o tema;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos de 1 a 3.

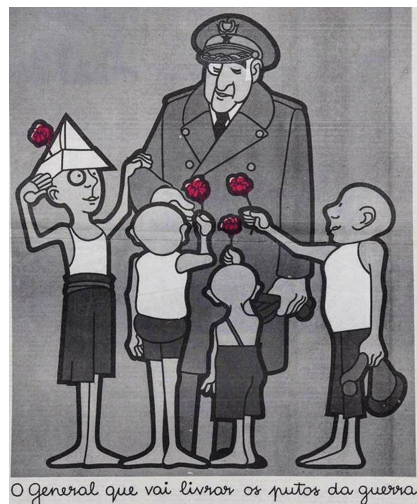
GRUPO IV

PORTUGAL NA TRANSIÇÃO DO AUTORITARISMO PARA A DEMOCRACIA

Documento 1 (conjunto documental)



A – Mário Soares assina o Tratado de Adesão de Portugal à CEE.



B – Caricatura de António de Spínola: «O general que vai livrar os putos da guerra».



C – Cimeira constitutiva da CPLP, Centro Cultural de Belém, em Lisboa.



D – Marcello Caetano em visita oficial a Moçambique.

Identificação das fontes

Documento 1 (conjunto documental)

A – <https://ionline.sapo.pt/397028> (consultado em 02/02/2019).

B – <https://i.pinimg.com/originals/5d/74/41/5d74411b425523a96c00dcc7ef634695.jpg> (consultado em 02/02/2019).

C – www.cplp.org/id-2752.aspx (consultado em 02/02/2019).

D – <http://portadaloja.blogspot.com/2014/07/marcello-caetano-as-imagens-que-poucos.html> (consultado em 02/02/2019).

A realidade portuguesa em outubro de 1969, segundo Ulisses Cortês*

Penso há muito que no país não existe verdadeiramente Oposição [...]. Sou partidário da abertura e do diálogo. Mas abertura não é sinónimo de demagogia, e o diálogo pressupõe a existência de interlocutores válidos. [...]

5 O exame das contas nacionais mostra que a cadência da expansão entre 1952 e 1958 se situou na média anual de 4,3 por cento. No período de vigência do II Plano de Fomento, essa média elevou-se a 6,2 por cento. Entre 1965 e 1967 [...], o coeficiente de expansão foi de 5,8 por cento, apesar dos reflexos da recessão europeia verificada em 1966. Em 1968, o crescimento retomou o seu movimento ascendente. A taxa alcançada foi de 7 por cento. [...]

10 Não omitirei o pesado encargo que o esforço de defesa impõe à coletividade. Mas penso também que os factos mostram [...] a conciliação das exigências da defesa e do fomento [...] e, apesar dos elevados encargos de carácter militar, o nível dos investimentos públicos programado nos Planos tem subido sempre. [...]

15 As dotações orçamentais para o ensino crescem sucessivamente. As construções escolares multiplicam-se [...]. Outros sectores têm merecido também o carinho do Governo, especificamente o abastecimento de água e a construção de vias de acesso, além de outros empreendimentos [...] tendentes à distribuição equilibrada do progresso e à elevação do nível de vida das populações. [...]

20 A emigração corresponde, entre nós, a uma vocação secular, a uma tradição profundamente radicada no temperamento português. [...] Acrescentarei que, no período democrático, o facto se revestiu [...] de maior gravidade do que atualmente. Em 1911, em cada 200 habitantes emigraram 20; em 1968, apenas emigraram 17 [...].

A autodeterminação [das colónias] é o início do abandono. A integridade de uma Pátria não se discute nem se põe a votos. É um imperativo irrenunciável, um princípio por que se dá a vida. [...] Cimenta-a o sangue dos seus heróis. [...]

25 Não vou falar-lhe do equilíbrio financeiro, tenazmente mantido desde 1928 [...]. Acentuarei, apenas, o expoente do progresso económico, o padrão da saúde financeira. Ora, o escudo é hoje das moedas mais fortes do Ocidente e desfruta de elevado prestígio nas praças internacionais.

Entrevista no jornal *A Capital*, 14 de outubro de 1969, in www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05790.151
(consultado em 24/01/2019). (Texto adaptado)

* Ulisses Cortês ocupou vários cargos políticos nos governos do Estado Novo, entre os quais o de ministro da Economia (1950-1958) e o de ministro das Finanças (1965-1968).

**A realidade portuguesa em outubro de 1969,
segundo Francisco Pereira de Moura***

Grande parte dos postos de trabalho hoje existentes no país nasceram do processo de industrialização [...], que se baseou no sacrifício das classes trabalhadoras (baixos salários, altos níveis de preços dos bens de consumo, fraca intervenção estatal no sentido redistributivo, quer diretamente quer através dos investimentos e consumos públicos de índole «social»,
5 como ensino, habitação, saúde, segurança social e promoção rural). [...]

Com altos e baixos, a integração europeia teve inegavelmente os resultados de melhorar as perspetivas para o crescimento de vários sectores industriais portugueses, mas também de acentuar o desnível dos salários do país em relação aos da Europa Ocidental.

Melhoraram as perspetivas em alguns sectores devido à adesão à EFTA [...], e os nossos
10 produtos rapidamente deixaram de pagar direitos aduaneiros nos outros países do agrupamento, ao mesmo tempo que as indústrias portuguesas puderam manter a sua proteção pautal, só a reduzindo muito lentamente. E melhoraram, também, devido à expansão geral verificada na economia e, portanto, nos mercados da Europa, tanto da EFTA como do Mercado Comum. [...]

As guerras coloniais [...] estão a depauperar o Estado, impedindo-o de se lançar em
15 empreendimentos de infraestrutura, em projetos industriais e agrícolas e em investimentos e consumos sociais que se impõem [...].

De modo que a esperança é muito limitada [...]; depois de um bom ano de 1965, tem-se vivido em estagnação, quando não em inquietação e dificuldade crescentes, nem se vislumbrando já quaisquer possibilidades de terem sido atingidos os objetivos de crescimento fixados no Plano
20 de Fomento. Mais do que à conjuntura internacional [...], pensamos poder atribuir as atuais dificuldades à falência de uma política: e se as produções estacionam e os investimentos caem [...], como poderia ser de outro modo, quando nenhuma reforma se introduziu no sector agrário, a não ser a pior de todas, [...] que foi o êxodo rural para as cidades maiores e para o estrangeiro [...].

Francisco Pereira de Moura, *Por onde vai a economia portuguesa?*
Lisboa, Publicações D. Quixote, 1969, pp. 17-31 e 98-99. (Texto adaptado)

* Francisco Pereira de Moura, economista e professor, foi fundador da Comissão Democrática Eleitoral, que congregou elementos da oposição democrática ao Estado Novo.

1. Ordene cronologicamente as imagens **A**, **B**, **C** e **D** (documento 1), que se reportam ao contexto histórico da segunda metade do século XX.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.

2. Apresente dois aspetos da política colonial portuguesa no período marcelista.

Os dois aspetos devem ser fundamentados com excertos relevantes do documento 2.

3. Explícite duas estratégias económicas do Estado Novo que levaram ao abandono do ideal de autarcia.

Fundamente, pelo menos, uma das estratégias com excertos relevantes do documento 3.

4. A «abertura» e o «diálogo» políticos (documento 2, linha 2) propostos, em 1969, por Ulisses Cortês ocorreram num contexto de

(A) evolução na continuidade durante a Primavera Marcelista.

(B) procura de membros da oposição para integrar o governo.

(C) preparação do debate eleitoral para eleições presidenciais.

(D) rutura no regime português ocorrida na Primavera Marcelista.

5. Compare as duas perspetivas relativas ao desenvolvimento económico-social de Portugal nos anos 60 do século XX, expressas nos documentos 2 e 3, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos dois documentos.

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.			
	10	10	10			30
II	1.	2.	3.			
	15	10	15			40
III	1.	2.	3.	4.	5.	
	10	10	15	10	20	65
IV	1.	2.	3.	4.	5.	
	10	15	15	10	15	65
TOTAL						200

Prova 623
1.ª Fase
VERSÃO 1

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 1.ª Fase | Ensino Secundário | 2019

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho | Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Critérios de Classificação

15 Páginas

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de seleção, a cotação do item só é atribuída às respostas integralmente corretas e completas. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta curta, são atribuídas pontuações às respostas total ou parcialmente corretas, de acordo com os critérios específicos.

A classificação das respostas aos itens de resposta restrita e de resposta extensa que envolvam a produção de um texto tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos itens de resposta restrita e de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho ou por parâmetros. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os parâmetros seguintes: (A) Identificação e Explicação, (B) Articulação temática e Organização e (C) Integração dos documentos. Cada parâmetro encontra-se organizado por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) Identificação e Explicação é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros. A classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Caso as respostas contenham elementos contraditórios, apenas são considerados para efeitos de classificação os aspetos que não apresentem esses elementos.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos. No caso das respostas ao item de resposta extensa que apresentem esses erros científicos graves, o tópico de referência aos quais esses erros estejam associados não é considerado para efeitos de classificação.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

GRUPO I

1. Versão 1 – (B); Versão 2 – (D) 10 pontos

2. 10 pontos

Luteranismo OU doutrina luterana OU Protestantismo OU doutrina protestante (OU outra designação equivalente).

3. Versão 1 – (C); Versão 2 – (A) 10 pontos

GRUPO II

1. 15 pontos

Tópicos de resposta:

Argumentos que evidenciam a submissão das ordens sociais privilegiadas ao poder régio

- combate por parte do rei ao excessivo poder político da nobreza, obtido através do apoio prestado aos monarcas no contexto da Restauração da independência: «reprimir a soberba e a licença da nobreza de Portugal» OU «Algumas vezes tem acontecido que [...] alguns nobres senhores, habituados aos abusos que antes do reinado de D. João V eram frequentes, tenham sido inconvenientes. Quando Sua Majestade era informado disso, mandava chamar depois da audiência esses senhores à sua câmara»;
- generalização do sentimento de temor reverencial e de obediência à suprema autoridade do rei: «Estas audiências inquietam os maus juizes [...] e, em geral, todos aqueles cuja conduta é irregular. Até os ministros não estão isentos desse temor» OU «O rei João soube sempre fazer respeitar a sua autoridade, o que forçosamente desagradava à fidalguia»;

- exercício do poder absoluto pelo rei (OU reforço do aparelho burocrático centralizado no rei), a quem os secretários estão subordinados: «Quando o secretário de Estado termina o seu trabalho com o rei, [...] [informa] cada um da decisão de Sua Majestade no que lhe respeita» OU «Os grandes do reino estão de pé e encostados às paredes da sala. Acontece por vezes que o rei queira que as suas ordens sejam executadas imediatamente [...] e ordena logo ali o que há a fazer».

Argumentos que evidenciam a magnificência do rei através da encenação do seu poder

- regularidade das audiências públicas do rei, reiterando, através do ritual, o carácter pessoal (OU absoluto) do poder que exerce: «D. João V dá regularmente audiência pública três vezes por semana» OU «Atravessam-se três salas contíguas e, quando se chega à última, encontram os pretendentes no limiar o porteiro da câmara, [...] que introduz dez pessoas de cada vez» OU «Acontece por vezes que o rei queira que as suas ordens sejam executadas imediatamente; então chama um desses senhores, entrega-lhes o memorial [...] e ordena logo ali o que há a fazer»;
- o protocolo das audiências régias (OU o cerimonial do poder) acentua a submissão física dos súbditos, como metáfora do poder absoluto do monarca: «Falam de joelhos ao rei, que está sentado num trono, debaixo de dossel» OU «Os grandes do reino estão de pé e encostados às paredes da sala»;
- encenação do poder paternalista e piedoso do rei nas cerimónias públicas OU exibição da riqueza (OU prodigalidade) proporcionada pelo ouro do Brasil como símbolo de poder: «apoiado a uma mesa sobre a qual se coloca uma cesta cheia de pequenos cartuchos de moedas de ouro que Sua Majestade distribui caritativamente».

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
A – Conteúdos			8 pontos
B – Documentos			4 pontos
C – Comunicação			3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	• Apresenta, de forma completa, um argumento que evidencia a submissão das ordens sociais privilegiadas ao poder régio e um argumento que evidencia a magnificência do rei através da encenação do seu poder.	8
	3	• Apresenta, de forma completa, um dos argumentos solicitados e, de forma incompleta, outro argumento.	6
	2	• Apresenta, de forma completa, um dos argumentos solicitados. OU • Apresenta, de forma incompleta, os dois argumentos solicitados.	4
	1	• Apresenta, de forma incompleta, um dos argumentos solicitados. OU • Identifica apenas aspetos gerais dos argumentos solicitados.	2
B – Documentos	2	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar os dois argumentos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais.	4
	1	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar um dos argumentos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. OU • Integra, com falhas, excertos relevantes do documento para fundamentar os dois argumentos solicitados.	2
C – Comunicação	2	• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza.	3
	1	• Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza.	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

2. Versão 1 – (C); Versão 2 – (B) 10 pontos

3. 15 pontos

Tópicos de resposta:

- introdução do princípio da soberania da Nação OU legitimação do poder político através do sufrágio (OU ato eleitoral): o documento evidencia o carácter representativo das Cortes liberais, dado que os seus membros foram escolhidos através de eleições;
- acesso da burguesia ao poder (OU ao poder legislativo) OU influência crescente da burguesia na vida pública: o documento mostra a composição socioprofissional das Cortes liberais, com uma maioria de deputados com profissões de origem burguesa (OU homens de leis e profissões liberais) OU grandes proprietários;
- perda de privilégios e de influência do clero no novo modelo político-social liberal OU progressiva secularização das instituições do Estado: o documento evidencia a diminuição progressiva dos eclesiásticos entre os representantes eleitos para as Cortes, entre 1820 e 1836 (de 16 para 5 deputados);
- elaboração de uma Constituição que consagra a separação tripartida dos poderes e o exercício do poder legislativo por uma assembleia representativa da Nação, as Cortes, cuja composição é apresentada no documento;
- elaboração de uma Constituição que consagra o princípio da igualdade perante a lei, abolindo uma sociedade assente no privilégio;
- instauração de um regime de monarquia constitucional OU submissão do poder régio a uma Constituição OU lei fundamental.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
A – Conteúdos			8 pontos
B – Documentos			4 pontos
C – Comunicação			3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	• Explícita, de forma completa, dois aspetos da rutura político-social introduzida em Portugal pela revolução liberal de 1820.	8
	3	• Explícita, de forma completa, um dos aspetos solicitados e, de forma incompleta, um outro aspeto.	6
	2	• Explícita, de forma completa, um dos aspetos solicitados. OU • Explícita, de forma incompleta, dois aspetos solicitados.	4
	1	• Explícita, de forma incompleta, um dos aspetos solicitados. OU • Identifica apenas aspetos gerais da rutura político-social introduzida em Portugal pela revolução liberal de 1820.	2
B – Documentos	2	• Integra elementos relevantes do documento para fundamentar os dois aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais.	4
	1	• Integra elementos relevantes do documento para fundamentar um dos aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. OU • Integra, com falhas, elementos relevantes do documento para fundamentar os dois aspetos solicitados.	2
C – Comunicação	2	• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza.	3
	1	• Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza.	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

GRUPO III

1. 10 pontos

Versão 1: (a) → (2) (b) → (4) (c) → (5)

Versão 2: (a) → (5) (b) → (1) (c) → (4)

2. 10 pontos

Tratado de Versalhes.

Tópicos de resposta:

- desequilíbrio das finanças públicas OU ruína financeira dos países beligerantes devido às despesas de guerra: doc.1 – «a Inglaterra gasta mais de sete milhões e meio de libras por dia» OU «Portugal é hoje, financeiramente, um país paupérrimo»;
- recurso ao crédito (OU endividamento) pelos países beligerantes para fazer face às despesas militares: doc.1 – «a forte e rica Inglaterra teve de recorrer ao crédito»;
- crises inflacionistas (OU aumento do nível geral dos preços) provocadas pela carestia de bens de consumo e pelo aumento da moeda em circulação (OU «desvalorização da moeda» – doc. 1);
- desorganização do sector produtivo devido à destruição de recursos humanos, de terrenos agrícolas e de infraestruturas: doc. 1 – «a ruína acompanha os outros povos, mesmo os mais ricos e poderosos»; doc. 2 – aspeto famélico dos países Aliados, representados, na caricatura, em torno da Alemanha;
- agravamento, nos países vencidos, das consequências económicas e financeiras da guerra, devido às duras condições impostas, nos tratados de paz, pelos vencedores: doc. 2 – referência ao Tratado de Versalhes, que estipula a obrigatoriedade do pagamento de indemnizações pela Alemanha («Não tenho leite para um, quanto mais para tantos!»), representada como ama seca, ou seja, exaurida;
- desejo, por parte dos vencedores da guerra (OU Aliados), de obter compensações económicas para os prejuízos causados pelo conflito (OU que contribuam para a reconstrução do pós-guerra) – doc. 2: referência à exploração dos recursos da Alemanha pelos Aliados, em particular pela França (representada na figura 2 da legenda);
- perda da hegemonia económico-financeira da Europa e afirmação da supremacia económica dos EUA a nível mundial;
- dificuldades no processo de reconversão de uma economia de guerra para uma economia de paz OU alterações na estrutura e na organização da produção.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
A – Conteúdos			8 pontos
B – Documentos			4 pontos
C – Comunicação			3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	• Explícita, de forma completa, dois aspetos da situação económico-financeira da Europa no final da Primeira Guerra Mundial.	8
	3	• Explícita, de forma completa, um dos aspetos solicitados e, de forma incompleta, um outro aspeto.	6
	2	• Explícita, de forma completa, um dos aspetos solicitados. OU • Explícita, de forma incompleta, dois aspetos solicitados.	4
	1	• Explícita, de forma incompleta, um aspeto solicitado. OU • Identifica apenas aspetos gerais da situação económico-financeira da Europa no final da Primeira Guerra Mundial.	2
B – Documentos	2	• Integra excertos relevantes do documento 1 e informação do documento 2 para fundamentar os dois aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais.	4
	1	• Integra informação ou excertos relevantes de um dos documentos para fundamentar um ou dois dos aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. OU • Integra, com falhas, informação ou excertos relevantes dos dois documentos para fundamentar os dois aspetos solicitados.	2
C – Comunicação	2	• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza.	3
	1	• Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza.	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

4. Versão 1 – **(D)**; Versão 2 – **(A)** **10 pontos**

5. **20 pontos**

Parâmetro A – Identificação e Explicação

1.º Tópico de orientação

Os problemas económico-financeiros e a contestação social

Na resposta, podem ser explorados os elementos seguintes:

- défice orçamental permanente OU desequilíbrio das contas públicas, que resulta no agravamento da dívida pública OU no endividamento crescente do Estado;
- desequilíbrios OU debilidades económicas devido aos baixos índices de produção OU balança comercial cronicamente deficitária devido à baixa produtividade agrícola e industrial;
- agravamento das dificuldades económicas e financeiras devido à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial (OU ao esforço de guerra);
- escassez (OU carestia) de bens de consumo OU racionamentos OU especulação de preços devido à participação na guerra;

- inflação e desvalorização da moeda devido ao esforço financeiro da participação na guerra e ao desequilíbrio das contas públicas e da balança comercial;
- instabilidade social OU aumento dos protestos e da agitação social OU das greves como consequência do agravamento das condições de vida;
- desilusão dos grupos sociais OU das classes médias e do operariado que tinham sido a base social de apoio do regime republicano, face ao aumento do custo de vida;
- mobilização dos descontentes por parte de forças sociais e grupos conservadores, como a Igreja OU a grande burguesia capitalista OU os monárquicos, atingidos nos seus interesses pelas medidas tomadas pelos governos republicanos e pelo clima de desordem.

2.º Tópico de orientação

A instabilidade política e a emergência de modelos autoritários

Na resposta, podem ser explorados os elementos seguintes:

- instabilidade política OU governativa traduzida na sucessão de governos ao longo dos 16 anos da Primeira República, potenciada pelo modelo parlamentarista estabelecido pela Constituição de 1911, que subordinava o poder executivo ao poder legislativo;
- clima permanente de disputas político-partidárias, resultantes da fragmentação partidária dos republicanos após 1910, que impossibilitava a obtenção de maiorias parlamentares;
- sobreposição das ambições pessoais dos agentes políticos ao interesse nacional OU incapacidade de dar resposta aos problemas do país, provocando sentimentos de desilusão (OU crise de legitimidade do regime);
- vulnerabilidade dos governos devido ao ambiente de desordem, de agitação social e de violência política;
- oposição das forças sociais e políticas conservadoras, como a Igreja OU os monárquicos OU a burguesia capitalista, que, atingidos nos seus interesses, desejavam o fim da agitação social (OU sindical OU grevista) e a restauração da ordem;
- simpatia crescente de alguns sectores por modelos políticos autoritários OU ideais antidemocráticos e antiparlamentares no contexto da afirmação de soluções políticas autoritárias (OU conservadoras OU nacionalistas) em vários países europeus e da expansão do bolchevismo e do anarquismo;
- intervenções dos militares na vida política, como Pimenta de Castro, que instituiu uma ditadura OU como Sidónio Pais, que suspendeu o funcionamento do Parlamento e instituiu um regime presidencialista (OU ditadura militar OU República Nova);
- afirmação das Forças Armadas como instrumento de regeneração da vida política OU apelo aos militares, por parte dos descontentes, para instaurar a ordem governativa no país;
- instauração da Ditadura Militar na sequência do golpe liderado pelo general Gomes da Costa, em 28 de Maio de 1926;
- ascensão de Salazar ao poder como ministro das Finanças, no contexto da Ditadura Militar, saneando as finanças públicas (OU aplicando uma política de rigor orçamental).

Parâmetro B – Articulação temática e Organização

A resposta evidencia a relação dos elementos apresentados com o tema ***As dificuldades da Primeira República e a ascensão das forças conservadoras e autoritárias em Portugal***, analisando o modo como os condicionalismos económico-financeiros, sociais e políticos da Primeira República conduziram à emergência de soluções políticas autoritárias.

Para cada tópico de orientação, pode explorar, pelo menos, uma das seguintes linhas de análise, ou outras consideradas relevantes:

Os problemas económico-financeiros e a contestação social

- relação entre as dificuldades económico-financeiras e a contestação social aos governos da Primeira República;
- relação entre a agitação social e política e a mobilização dos sectores conservadores da sociedade.

A instabilidade política e a emergência de modelos autoritários

- relação entre o agravamento das dificuldades do país e as intervenções dos militares na vida política;
- relação entre a desordem social e a emergência de uma nova ordem política autoritária.

Parâmetro C – Integração dos documentos

A resposta evidencia a mobilização da informação dos documentos de 1 a 3 para sustentar as linhas orientadoras do tema, que constam nos parâmetros A e B. Podem ser exploradas as linhas de leitura apresentadas abaixo (ou outras possíveis).

Documento 1	– situação financeira do país: «Portugal é hoje, financeiramente, um país paupérrimo e tende para a última das misérias» OU «um esmagamento se estava produzindo, reduzindo-nos ao máximo descalabro»; – consequências financeiras da participação na guerra: «Portugal gastou [...] em agosto passado, em despesas de guerra em África e na Europa, 100 000 contos, e o orçamento de guerra para o ano corrente de 1917-18 [...] era de 150 000 contos» OU «teremos, no fim da guerra, o dobro dos encargos da dívida pública e, se eles nos levavam [...], antes da guerra, 30% da receita orçada, levar-nos-ão, depois da guerra, 60%»; – desvalorização monetária: «Tende a aluir o edifício económico do passado com a desvalorização da moeda»; – instabilidade e agitação social: «temos de atender, com cuidado, ao movimento operário e trabalhista, que carece de ser atendido nas suas reclamações» OU «evitando que a greve perturbadora venha iniciar um novo ciclo de perturbações e desordens».	1.º Tópico de orientação
	– expressão da necessidade de ordem e estabilidade política: «é preciso que se consiga paz, tranquilidade e segurança».	2.º Tópico de orientação
Documento 2	– participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial engrossando as fileiras dos Aliados; – Portugal, como país pequeno e periférico que era, foi secundarizado nas decisões do pós-guerra quanto a compensações materiais; – Portugal não obteve, no final da guerra, compensações ou indemnizações satisfatórias, face ao esforço material e humano despendido; – o aspeto famélico da criança que representa Portugal reflete o esforço de guerra OU o agravamento da situação económico-financeira provocado pela participação na guerra.	1.º Tópico de orientação
Documento 3	– desordem e agitação social: «Agitação diante das massas populares reivindicações impossíveis, retaliações desnecessárias, violências que, a executarem-se, serviriam para comprometer cada vez mais a pacificação da família portuguesa».	1.º Tópico de orientação
	– instabilidade política e governativa: «em vez de me procurarem, de concertarem comigo o que melhor se possa fazer [...], vão para a praça pública agitar as multidões» OU «A lealdade de propósitos com que eu constituí o Governo e todos os atos que ele tem praticado precisavam de encontrar a correspondente sanção nos partidos» OU «Estes incorrigíveis republicanos só sabem unir-se e dar apoio quando sentem que um grande perigo ameaça a República»; – dissidências e lutas político-partidárias: «Nos comícios vão aparecer figuras representativas de todos os partidos» OU «são sempre os mesmos sectários de uma política mesquinha, sem elevação de intuítos, e apenas sujeita a interesses partidários»; – prevalência das ambições pessoais acima dos interesses nacionais: «apenas sujeita a interesses partidários, quando não a interesses pessoais» OU «Voltaremos às mesmas lutas estéreis, ao mesmo desinteresse dos problemas nacionais, às mesmas intrigas ambiciosas»; – golpes militares como reação à instabilidade política e governativa: «os dias de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais»; – solução autoritária para a desordem e a instabilidade políticas: «ao cabo de um período mais ou menos longo, outra ditadura virá» OU «uma ditadura que sucederá com a experiência do passado àquelas que a falta de experiência tornou inviáveis» OU «Uma ditadura que manterá apenas um simulacro de República».	2.º Tópico de orientação

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes.

Compreensão histórica:

A – Identificação e Explicação 8 pontos

B – Articulação temática e Organização 6 pontos

C – Integração dos documentos 6 pontos

Parâmetros		Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
Compreensão histórica	A – Identificação e Explicação	3	• Apresenta e explica, de forma completa, 6 ou 5 elementos, distribuídos equilibradamente pelos dois tópicos de orientação. • Utiliza, de modo adequado, a terminologia específica da disciplina, podendo, no entanto, apresentar algumas imprecisões.	8
		2	• Apresenta e explica, de forma completa, 4 ou 3 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação, podendo apresentar outros de forma incompleta e/ou com imprecisões OU apresenta e explica, de forma completa, 2 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação e, de forma incompleta e/ou com imprecisões, pelo menos outros 2 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação. • Utiliza, de modo adequado, a terminologia específica da disciplina, podendo, no entanto, apresentar algumas imprecisões.	5
		1	• Apresenta e explica, de forma completa, 3 elementos de um dos tópicos de orientação OU apresenta e explica, de forma completa, apenas 2 ou 1 elementos do conjunto dos tópicos de orientação. • Utiliza a terminologia específica da disciplina, apresentando algumas imprecisões e omissões. OU • Identifica apenas elementos dos dois tópicos de orientação, utilizando a terminologia específica da disciplina com imprecisões.	3
	B – Articulação temática e Organização	3	• Desenvolve o tema proposto, mostrando, de forma pertinente e clara, o modo como os condicionalismos económico-financeiros, sociais e políticos da Primeira República conduziram à emergência de soluções políticas autoritárias. • Organiza os conteúdos de forma coerente.	6
		2	• Desenvolve o tema proposto, mostrando, de forma pertinente, embora nem sempre clara, o modo como os condicionalismos económico-financeiros, sociais e políticos da Primeira República conduziram à emergência de soluções políticas autoritárias. • Organiza os conteúdos com algumas falhas de coerência.	4
		1	• Refere-se ao tema proposto de forma superficial, aludindo de forma vaga ao modo como os condicionalismos económico-financeiros, sociais e políticos da Primeira República conduziram à emergência de soluções políticas autoritárias. • Organiza os conteúdos com algumas falhas de coerência.	2
C – Integração dos documentos		3	• Integra, de forma pertinente, informação relevante contida nos três documentos para fundamentar a análise apresentada.	6
		2	• Integra, de forma pertinente, embora com algumas falhas, informação relevante contida em, pelo menos, dois documentos para fundamentar a análise apresentada. OU • Integra, de forma pertinente, informação relevante contida em apenas um documento para fundamentar a análise apresentada.	4
		1	• Integra, com falhas e de forma pouco pertinente, informação contida em, pelo menos, um documento para fundamentar a análise apresentada.	2

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Identificação e Explicação é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

GRUPO IV

1. 10 pontos

Versão 1: (D); (B); (A); (C)

Versão 2: (C); (D); (B); (A)

2. 15 pontos

Tópicos de resposta:

- manutenção da defesa (OU da guerra colonial) do ultramar português e dos direitos históricos sobre os territórios coloniais: «É um imperativo irrenunciável, um princípio por que se dá a vida. [...] Cimenta-a o sangue dos seus heróis» OU «o pesado encargo que o esforço da defesa impõe à coletividade»;
- apologia de Portugal como um Estado uno, pluricontinental e multirracial: «A integridade de uma Pátria não se discute nem se põe a votos»;
- rejeição continuada das propostas de negociação apresentadas ao governo português pelos movimentos nacionalistas de libertação constituídos nas colónias (PAIGC, FRELIMO, MPLA OU FNLA OU UNITA) OU recusa em reconhecer o direito à autodeterminação dos povos das colónias: «A autodeterminação [das colónias] é o início do abandono»;
- política de continuidade no fomento económico das colónias e lançamento de um vasto programa de obras públicas no âmbito do projeto do Espaço Económico Português, criado em 1961;
- projeto de alteração do estatuto das colónias no sentido de uma autonomia progressiva e participada, de tipo federalista, consagrado na revisão constitucional de 1971 OU publicação de uma nova Lei Orgânica do Ultramar, em 1972;
- isolamento internacional de Portugal, patente na audiência dada pelo Papa Paulo VI ao líderes dos movimentos de libertação OU no reconhecimento pela ONU da independência da Guiné-Bissau OU nos protestos populares durante a visita oficial de Marcello Caetano ao Reino Unido;
- aumento da contestação interna à continuação da guerra colonial OU publicação do livro *Portugal e o Futuro*, do general António de Spínola, no qual este defende uma solução política e não militar para o problema colonial.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
A – Conteúdos			8 pontos
B – Documentos			4 pontos
C – Comunicação			3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	• Apresenta, de forma completa, dois aspetos da política colonial portuguesa no período marcelista.	8
	3	• Apresenta, de forma completa, um dos aspetos solicitados e, de forma incompleta, um outro aspeto.	6
	2	• Apresenta, de forma completa, um dos aspetos solicitados. OU • Apresenta, de forma incompleta, dois aspetos solicitados.	4
	1	• Apresenta, de forma incompleta, um dos aspetos solicitados. OU • Identifica apenas aspetos gerais da política colonial portuguesa no período marcelista.	2
B – Documentos	2	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar os dois aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais.	4
	1	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar um dos aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. OU • Integra, com falhas, excertos relevantes do documento para fundamentar os dois aspetos solicitados.	2
C – Comunicação	2	• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza.	3
	1	• Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza.	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

3. **15 pontos**

Tópicos de resposta:

- abertura da economia nacional ao mercado europeu e mundial, sobretudo com o II Plano de Fomento (1959-1964): «Com altos e baixos, a integração europeia teve inegavelmente os resultados de melhorar as perspetivas para o crescimento de vários sectores industriais portugueses»;
- integração, como membro cofundador, na EFTA (OU Associação Europeia de Comércio Livre): «Melhoraram as perspetivas em alguns sectores devido à adesão à EFTA» OU «Com altos e baixos, a integração europeia teve inegavelmente os resultados de melhorar as perspetivas para o crescimento de vários sectores industriais portugueses»;
- estabelecimento de um Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) orientado para a economia de mercado, sendo priorizado o sector industrial e a iniciativa privada (OU abandono do condicionamento industrial): «Grande parte dos postos de trabalho hoje existentes no país nasceram do processo de industrialização»;
- aposta no aumento da concorrência no mercado nacional OU na concentração empresarial OU no apoio à modernização industrial OU na captação de investimentos estrangeiros, sobretudo com o III Plano de Fomento (1968-1973);
- integração em diferentes organismos económico-financeiros de âmbito internacional (OECE OU FMI OU BIRD OU GATT);

- estratégia de aproximação à economia europeia com o pedido do estatuto de membro associado da CEE, em 1962 OU com a assinatura de um acordo comercial com a CEE, em 1972.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
A – Conteúdos			8 pontos
B – Documentos			4 pontos
C – Comunicação			3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	• Explícita, de forma completa, duas estratégias económicas do Estado Novo que levaram ao abandono do ideal de autarcia.	8
	3	• Explícita, de forma completa, uma das estratégias solicitadas e, de forma incompleta, uma outra estratégia.	6
	2	• Explícita, de forma completa, uma estratégia solicitada. OU • Explícita, de forma incompleta, duas estratégias solicitadas.	4
	1	• Explícita, de forma incompleta, uma estratégia solicitada. OU • Identifica apenas aspetos gerais das estratégias económicas do Estado Novo que levaram ao abandono do ideal de autarcia.	2
B – Documentos	2	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar, pelo menos, uma das estratégias solicitadas, podendo apresentar falhas pontuais.	4
	1	• Integra, com falhas, excertos relevantes do documento para fundamentar, pelo menos, uma das estratégias solicitadas.	2
C – Comunicação	2	• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza.	3
	1	• Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza.	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

4. Versão 1 – **(A)**; Versão 2 – **(C)** **10 pontos**

5. **15 pontos**

Tópicos de resposta:

- **[impacto da questão colonial no desenvolvimento nacional]** enquanto no **documento 2** – perspetiva de Ulisses Cortês – se defende a manutenção das províncias ultramarinas («É um imperativo irrenunciável, um princípio por que se dá a vida.»), afirmando que os gastos com a guerra nesses territórios não comprometem o desenvolvimento da economia nacional («Não omitirei o pesado encargo que o esforço de defesa impõe à coletividade. Mas penso também que os factos mostram [...] a conciliação das exigências da defesa e do fomento» OU «apesar dos elevados encargos de carácter militar, o nível dos investimentos públicos programados nos Planos tem subido sempre»), no **documento 3** – perspetiva de Pereira de Moura – denuncia-se a política colonial e a guerra como causas do empobrecimento do Estado OU do estrangulamento do investimento produtivo sustentado: «as guerras coloniais [...] estão a depauperar o Estado, impedindo-o de se lançar em empreendimentos de infraestrutura»;

- **[significado político e económico da emigração]** enquanto no **documento 2** se defende que a emigração é uma tradição histórica portuguesa («a emigração corresponde, entre nós, a uma vocação secular, a uma tradição profundamente radicada no temperamento português»), alegando-se que diminuiu em comparação com o período da Primeira República («no período democrático, o facto se revestiu [...] de maior gravidade do que atualmente» OU «Em 1911, em cada 200 habitantes emigraram 20; em 1968, apenas emigraram 17»), no **documento 3** denuncia-se a motivação económica (OU fuga à pobreza) do fenómeno emigratório, associando-a à falência do modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado Novo: «pensamos poder atribuir as atuais dificuldades à falência de uma política: [...] como poderia ser de outro modo, quando nenhuma reforma se introduziu no sector agrícola, a não ser a pior de todas, [...] que foi o êxodo rural para as cidades maiores e para o estrangeiro»;
- **[política de desenvolvimento social]** enquanto no **documento 2** se defendem as preocupações sociais da política do governo em diversos sectores com amplo impacto social («As dotações orçamentais para o ensino crescem sucessivamente» OU «o abastecimento de água e a construção de vias de acesso» OU «empreendimentos [...] tendentes à distribuição equilibrada do progresso e à elevação do nível de vida das populações»), no **documento 3** denuncia-se a ausência de uma política social do governo, beneficiando os grandes grupos económico-financeiros em detrimento das classes trabalhadoras: «sacrifício das classes trabalhadoras (baixos salários, altos níveis de preços dos bens de consumo, fraca intervenção estatal no sentido redistributivo, quer diretamente quer através dos investimentos e consumos públicos de índole “social” [...])»;
- **[política de desenvolvimento económico]** enquanto no **documento 2** se afirma que a política económica do Estado Novo assentou na estabilidade orçamental, permitindo um «equilíbrio financeiro, tenazmente mantido desde 1928» (OU «o escudo é hoje das moedas mais fortes do Ocidente»), OU no sucesso do modelo de desenvolvimento económico implementado nos planos de fomento («o nível dos investimentos públicos programado nos Planos tem subido sempre» OU «No período de vigência do II Plano de Fomento, essa média elevou-se a 6,2 por cento»), no **documento 3** é posta em causa a eficácia dos planos de fomento, considerando ser esse um modelo esgotado («De modo que a esperança é muito limitada; [...] tem-se vivido em estagnação, quando não em inquietação e dificuldade crescentes, nem se vislumbrando já quaisquer possibilidades de terem sido atingidos os objetivos de crescimento fixados no Plano de Fomento. Mais do que à conjuntura internacional [...], pensamos poder atribuir as atuais dificuldades à falência de uma política»).

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	• Compara, de forma completa, as duas perspetivas relativas ao desenvolvimento económico-social de Portugal nos anos 60 do século XX quanto a dois aspetos em que se opõem. • Integra, de forma pertinente, informação dos documentos, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais.	15
3	• Compara, de forma completa, as duas perspetivas relativas ao desenvolvimento económico-social de Portugal nos anos 60 do século XX quanto a um aspeto em que se opõem e compara as duas perspetivas, de forma incompleta, quanto a um outro aspeto. • Integra, de forma pertinente, informação dos documentos, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais.	11
2	• Compara, de forma completa, as duas perspetivas relativas ao desenvolvimento económico-social de Portugal nos anos 60 do século XX quanto a um aspeto em que se opõem OU compara, de forma incompleta, as duas perspetivas, quanto a dois aspetos em que se opõem. • Integra, de forma pertinente, informação dos documentos, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais.	7
1	• Compara, de forma incompleta, as duas perspetivas relativas ao desenvolvimento económico-social de Portugal nos anos 60 do século XX quanto a um aspeto em que se opõem OU identifica apenas aspetos gerais das duas perspetivas, independentemente da forma como integra os documentos e utiliza a terminologia específica da disciplina.	3

COTAÇÕES

Grupo	Item				
	Cotação (em pontos)				
I	1.	2.	3.		
	10	10	10		30
II	1.	2.	3.		
	15	10	15		40
III	1.	2.	3.	4.	5.
	10	10	15	10	20
IV	1.	2.	3.	4.	5.
	10	15	15	10	15
TOTAL					200